



EM DEFESA DA VIDA, APEOESP VAI AO STF PARA ASSEGURAR VACINAÇÃO PRIORITÁRIA À CATEGORIA



2020 não foi um ano fácil! Fomos todos acometidos por uma das piores pandemias do século que nos obrigou a reformular o cotidiano e as ações! Diante do cenário, a maior luta passou a ser em defesa da vida! Não nos privamos de, com todos os cuidados necessários, sair às ruas para defender a categoria e toda a comunidade escolar. Também nos reinventamos nas formas de organização e seguimos em frente com os debates necessários. A categoria correspondeu e organizamos as ações em defesa da vida e dos direitos de todos os docentes, da ativa e aposentados. Reafirmamos: sem vacinação aos professores, não haverá retorno às aulas.

Veja mais nas páginas 4 e 5

João Felício, presente!



Professor João Felício, ex-presidente da APEOESP, nos deixou um imenso legado de luta em defesa dos professores e da classe trabalhadora. Pág. 3

Ensino médio do PSDB: exclusão e subemprego

Proposta de novo ensino médio do governo estadual apresenta muitos problemas e nenhuma solução. Pág. 6

Fundeb: luta foi fundamental

Em Brasília, mobilização da APEOESP e demais entidades da Educação, em conjunto com bancada de esquerda, mantém o Fundeb como fundo exclusivo para educação pública. Pág. 7

ÍNDICES DA APEOESP NOVEMBRO/2020



PEB I (24H): R\$ 1.339,81 | PEB II (24H): R\$ 1.551,00

SALÁRIO MÍNIMO OFICIAL R\$ 1.045,00 | SALÁRIO MÍNIMO DIEESE R\$ 5.289,53

CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS

DESCONTO DA MENSALIDADE NO HOLERITE DE NOVEMBRO
SERÁ DE 1,4% SOBRE O SALÁRIO DE CADA ASSOCIADO

DESCONTO MÍNIMO DE R\$ 18,75 | DESCONTO MÁXIMO DE R\$ 75,00

E MAIS...

HOMENAGEM AOS
PROFESSORES
VÍTIMAS DA
COVID-19
PÁG. 2

CONTRA O
CONFISCO DOS
APOSENTADOS
PÁG. 6

CENAS DAS
LUTAS EM
2020
PÁG. 8

MEMORIAL

Se números não tocam a gente, que nomes consigam tocar

"André Cavalcante era professor", conta o poeta Bráulio Bessa logo na primeira frase de "Inumeráveis", uma homenagem aos mortos pela epidemia de coronavírus no Brasil, lançada ainda no primeiro semestre de 2020, quando nem os mais pessimistas poderiam imaginar a dimensão da tragédia.

Chico César transformou em música a poesia, que tem como refrão um pedido: "Se números frios não tocam a gente, espero que nomes consigam tocar"; nomes como os de dezenas de professores que estão no Memorial que a APEOESP criou em seu site para homenagear os educadores vítimas da Covid-19 na rede estadual de ensino.

São homens e mulheres, de diferentes idades e raças, que lecionavam em escolas públicas espalhadas pelo Estado, o que prova o caráter aleatório e devastador do coronavírus.

No momento em que o Brasil já perdeu aproximadamente 200 mil pessoas para a epidemia, a APEOESP registra rostos e histórias invisibilizados nesta trágica estatística.

Vale destacar outras iniciativas, como a Campanha Bosques da Memória, lançada em dezembro para eternizar os nomes das vítimas da pandemia, com o plantio de árvores. O compositor Aldir Blanc, por exemplo, que morreu de complicações decorrentes da Covid-19 no dia 04 de maio, foi homenageado com a árvore de sua infância, a goiabeira branca.

Um vírus, muitas guerras

O desafio da pandemia é ainda maior para os brasileiros, considerando as outras guerras não resolvidas que o País já enfrentava, como a violência racial e doméstica. Segundo dados da Pesquisa "Um Vírus e Duas Guerras", a epidemia fomentou a violência de gênero; entre março e agosto, o Brasil registrou 497 feminicídios.

Tragicamente, a violência racial segue crescente em meio à pandemia, a ponto de um cliente negro ser assassinado pelos seguranças de um Carrefour de Porto Alegre, a poucas horas do Dia da Consciência Negra. Beto Freitas foi morto por asfixia no dia 19 de novembro, como George Floyd, o afro-americano estrangulado por um policial branco em Minneapolis, no dia 25 de maio, em um episódio que desencadeou uma onda de protestos nos Estados Unidos e em vários países, inclusive o Brasil, onde um estudante de 14 anos, João Pedro Mattos Pinto, foi baleado e morto durante operação policial no Rio de Janeiro, em 18 de maio.

Mas, meses depois, o País pouco reagiu ao assassinato de Beto Freitas. O Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU classificou como deplorável o episódio e intimou o governo a reconhecer o racismo persistente no País. A morte por asfixia e espancamento de mais um homem negro reforça as estatísticas, que apontam que a cada 23 minutos um negro é assassinado no Brasil.

Dias depois, o artista Nego Vila foi morto a tiros por um policial na Vila Madalena, ponto turístico de São Paulo. No Rio de Janeiro, o fuzilamento das primas Emilly Victoria, de 04 anos, e Rebeca Beatriz, de 07 anos, no dia 04 de dezembro, também durante uma operação policial, disparou mais uma vez o alerta da barbárie em que vive o Brasil.

SERVIÇO

- Esta página é ilustrada com posts do Memorial dos Professores mortos pela Covid-19 no Estado de São Paulo, acessível no site www.apoesp.org.br
- Assista a live de lançamento dos Bosques da Memória - Homenagem da Mata Atlântica às Vítimas da Covid-19, no site www.bosquesdamemoria.com



Professores mobilizam-se em ambiente virtual

Há cerca de dez meses, reunir-se, encontrar-se em Conselhos de Escola, Assembleias, debates e seminários tão frequentes na rotina sindical virou memória, sonho de um passado, assim como as confraternizações, shows, espetáculos teatrais e outros momentos de encontro.

Envolvida no desafio coletivo de superar este inesperado cenário imposto pela epidemia do coronavírus, a APEOESP suspendeu suas atividades presenciais em uma sexta-feira, 20 de março de 2020, e rapidamente assumiu a tarefa de informar, mobilizar e defender a categoria, em um cenário inédito, uma pandemia sem precedentes na história moderna.

Já no dia 18 de abril, a APEOESP realizou um histórico Conselho Estadual de Representantes. Pela primeira vez em ambiente virtual, professores de todo o Estado aprovaram um Plano Emergencial em Defesa da Vida. Em maio, o Sindicato uniu-se às centrais no Dia do Trabalhador, celebrado através de sites e redes sociais com o tema "Saúde, Emprego, Renda: um novo mundo é possível com solidariedade".

No dia 15 de junho, a APEOESP abriu uma semana de lives em defesa da vida, dos serviços públicos, dos direitos da classe trabalhadora e da democracia. A série de lives está

disponível no Canal da APEOESP no YouTube.

E, foi em meio às limitações do isolamento social, que a APEOESP comemorou os 10 anos da TV dos Trabalhadores, participou de eventos como a 26ª edição do Grito dos Excluídos e lançou o Manual Para Escolas Saudáveis, em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil e o DIEESE, com diretrizes para que a escola seja um espaço seguro para a saúde de professores, alunos e funcionários.

Prêmio Internacional

E não foram apenas nas atividades centrais que a APEOESP esteve em sintonia com a urgência do momento, as subseções assumiram seu protagonismo. Na Baixada Santista, por exemplo, as professoras aposentadas do Coral Cravos & Rosas, em meio aos protestos contra a redução de seus vencimentos, obtiveram dois prêmios em sua bem sucedida carreira. O grupo levou o repertório de Rita Lee ao 23º Encontro da Felicidade do Mercosul e América Latina, que ocorreu em ambiente virtual, no dia 22 de setembro.

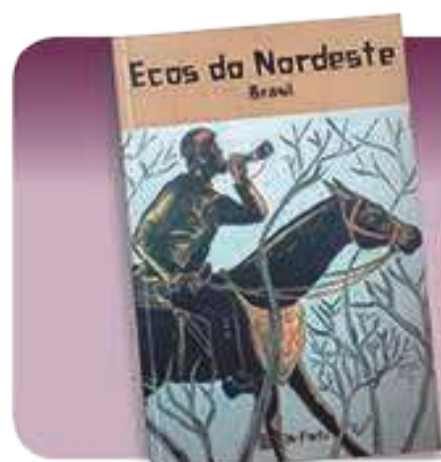
"Que a arte ajude a dar suporte para suportar o insuportável"

Cantora e compositora Marisa Monte

Assim como os professores, os artistas foram vilipendiados com a ascensão da extrema-direita e caluniados com fake news sobre as formas de financiamento das manifestações artísticas. A decretação de estado de emergência, na primeira quinzena de março, deixou a categoria sem rendimentos, com o fechamento de teatros, casas de shows e centros culturais.

Por outro lado, se não fossem iniciativas artísticas, como as lives, espetáculos e exposições virtuais, o isolamento social seria ainda mais cruel. A APEOESP publicou neste período, 33 edições do seu Boletim Educacional e Cultural, que fecha o ano no número 756 e com um saldo de dezenas de dicas semanais de lançamentos literários, cursos virtuais, novas músicas, poesias, pesquisas e outros assuntos que enriqueceram o repertório cultural do seu público alvo, os professores.

Destaque para eventos, como o centenário de Clarice Lispector, as idolatradas lives da sambista Teresa Cristina e de Caetano Veloso e, infelizmente, para a perda de ícones, como o escritor Rubem Fonseca, o músico Moraes Moreira e o Cacique Arriana do Xingu. Acompanhe semanalmente no site e nas redes sociais da APEOESP.



Professora e poeta

A APEOESP dá destaque, no Boletim Educacional e em seu site, à produção literária e acadêmica dos educadores da rede estadual. No último dia 20, a professora Angela Ferreira participou do lançamento da coletânea "Ecos do Nordeste", da Editora In-Finita. Angela, que já participou da Antologia Fagulha Poética, é uma das autoras da coletânea, lançada simultaneamente no Brasil e em Portugal.

Editorial

2020: UM ANO TRÁGICO



Professora Bebel
Presidente da APEOESP
Deputada Estadual

O ano de 2020 foi trágico para a humanidade. No momento em que fechávamos esta edição, haviam sido registrados 74.958.938 casos de Covid-19 em todo o mundo, com 1.662.228 óbitos.

No Brasil a situação foi e está sendo ainda pior. Temos um presidente da República que não defende a vida. Incentiva comportamentos que colocam as pessoas em risco e facilitam a expansão do contágio.

BolsoDoria de costas para a população

A pandemia mudou o relacionamento social, trabalho, consumo, hábitos e rotinas. A economia está sendo duramente afetada. A Organização Mundial do Trabalho (OIT) estima que nos países da América Latina e Caribe o ano termine com 41 milhões de desempregados. Nos países da Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a taxa média de desemprego nos 38 países membros é de 9,4% da população economicamente ativa. No Brasil, chegamos a 13% de desemprego.

Muitos países tomaram medidas para apoiar financeira e socialmente os segmentos mais vulneráveis. No Brasil, ao contrário, segue o movimento de retirada de direitos, agudizado com os ataques do governo federal e do governo Doria aos serviços (inclusive à saúde pública, fundamental neste momento), ao patrimônio público e aos direitos da classe trabalhadora e dos mais pobres.

O auxílio emergencial foi conquistado no Congresso Nacional contra a vontade de Bolsonaro e prorrogado até dezembro graças à atuação dos partidos de oposição. No entanto, foi

reduzido de R\$ 600,00 para apenas R\$ 300,00. Cortes são feitos nas áreas sociais. Em São Paulo, João Doria privatiza empresas estratégicas e ataca profundamente os direitos dos aposentados, por meio do confisco de seus salários com base num suposto rombo na previdência que não consegue comprovar.

A abstenção recorde nas eleições municipais, de 29,5%, mesmo levando em conta a situação de pandemia, revela descrença dos brasileiros na política como solução para seus problemas e isso precisa ser mudado com a retomada de governos sérios e comprometidos com os interesses populares.

A extrema direita sofreu uma derrota importante nas eleições. Dos 59 candidatos a prefeito que apoiou diretamente, Jair Bolsonaro elegeu apenas 9 no primeiro turno. No segundo turno, conseguiu eleger apenas um. Quanto à esquerda, longe de ser destruída, como apregoam alguns, continua no jogo. O PT, com todos os ataques, parece ter estancado a sangria de 2016, quando experimentou um desempenho desastroso e o PSOL teve um expressivo aumento de sua bancada parlamentar na capital paulista.

A educação no centro da pandemia

Na educação, o impacto foi brutal. Com o fechamento das escolas para proteger a vida, que no caso de São Paulo só ocorreu depois de muita pressão da APEOESP, a continuidade das atividades de forma remota, que era necessária, ocorreu atabalhoadamente, sem nenhum diálogo por parte do governo com as entidades, professores e comunidade escolar.

Todo esse processo não levou em conta as dificuldades de acesso de grande parte dos estudantes à Internet, a falta de equipamentos, tanto dos estudantes quanto dos professores, a necessidade de rotinas de trabalho que respeitassem os direitos de todos os envolvidos e também que se mantivessem as escolas fechadas durante a pandemia, tendo em vista que não há vacina ou tratamento totalmente eficaz.

Tivemos que permanecer vigilantes para impedir o retorno às aulas presenciais em plena pandemia, colocando em risco a vida de todos, e também para defender o conjunto da nossa categoria do autoritarismo e assédio moral que são características do governo Doria, do PSDB. Entre tantos exemplos de autoritarismo, podemos citar o excludente Programa de Ensino Integral (PEI), que voltou a ser imposto com denúncias de fraudes e manipulações, prejudicando muitos estudantes e professores.

O despertar da solidariedade

Mas a pandemia também resgatou em nós a empatia e a solidariedade. O uso de máscaras, os cuidados com a higiene das mãos, a observação de regras de distanciamento social, quando respeitados e aplicados por cada um de nós, é também um gesto de amor ao próximo, pois ao mesmo tempo em que nos protegemos, protegemos as pessoas que nos cercam.

Esses sentimentos adquiriram concretude também de forma coletiva, quando a APEOESP, por meio de suas subseções, realizou uma ampla campanha de solidariedade com os professores das categorias O, S e V que ficaram sem salários devido à insensibilidade e insensatez do governo do PSDB. Foram muitas toneladas de alimentos e produtos distribuídos, além de todas as gestões e mobilizações que realizamos para que o governo voltasse a pagar salários a esses profissionais, o que lamentavelmente não ocorreu.

Estaremos juntos em 2021!

A pandemia nos tirou pessoas queridas, às quais rendemos merecidas e emocionadas homenagens, e muitas coisas importantes. Não nos tirou a vontade de lutar pela vida, pelo que é justo, certo e direito. E com esse espírito ingressamos em 2021 para, juntos, fazê-lo muito melhor e mais feliz.

João Antônio Felício. Presente!



Compromisso com a educação e a classe trabalhadora

João Felício foi, sobretudo, um companheiro dos professores, dos trabalhadores de uma forma geral, sempre acessível para enfrentar de forma coletiva os grandes e os pequenos desafios, em defesa dos direitos da categoria, por educação pública, laica, inclusiva e de qualidade para todas e todos e pelos direitos de cidadania de uma forma mais ampla.

Em plena ditadura militar, aderiu à luta sindical e fez parte do movimento de oposição que mudou a história da nossa entidade ao conquistar a diretoria do Sindicato em 1979.

Na presidência da APEOESP, exerceu três mandatos de dois anos de duração, de 1987 a 1993, e implementou na entidade o conceito e as práticas de um "sindicato cidadão", pelos quais combinava as lutas profissionais e educacionais com um trabalho de conscientização e defesa dos direitos das mulheres, com a luta antirracismo, da juventude e demais segmentos específicos presentes na categoria e na sociedade. Esse conceito foi abraçado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que então vivia seus primeiros anos de existência.



João Felício esteve à frente da presidência da APEOESP por dois mandatos na década de 90



Presidiu a CUT no período de 2000 a 2003



Com Paulo Freire, na luta por uma educação pública libertadora



Professora Bebel, presidenta da APEOESP, presta homenagem a João Felício durante cerimônia de posse da Diretoria do Sindicato

Em 2020 perdemos prematuramente o amigo e companheiro João Antônio Felício, uma das mais importantes lideranças dos profissionais da Educação e do movimento sindical brasileiro e internacional.

Com a mesma garra com que sempre lutou em defesa da classe trabalhadora, travou um duro combate contra o câncer, que lamentavelmente o levou em março.

Nascido na cidade de Itapuí, em 6 de novembro de 1950, muito cedo sua família mudou-se para a cidade de Jaú (SP), construiu uma trajetória pessoal, política e sindical baseada na solidariedade e no profundo compromisso com a conquista de uma sociedade justa e igualitária.

Concluiu o curso técnico de torneiro mecânico em 1968 em Jaú, e em 1972 terminou o curso superior de "Desenho e plástica, educação artística e história da arte" na Fundação Educacional de Bauru (SP). Foi professor de Artes na rede estadual de ensino e nessa condição filiou-se à APEOESP.

EM DEFESA



Professores ocuparam as ruas em defesa da vida e dos direitos da categoria

APEOESP INGRESSA NA DEFESA DOS PROFESSORES E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A pesar de todas as evidências estatísticas e científicas sobre a gravidade da pandemia que estamos vivendo, com uma segunda onda de contágio pelo novo coronavírus em todo o mundo, causando mortes em estratos mais jovens da população, o secretário estadual da Educação, Rossieli Soares, chegou ao final do ano de 2020 insistindo em tentar reabrir todas as escolas do estado de São Paulo para aulas presenciais.

Ao mesmo tempo em que tenta forçar a volta às escolas o governo Doria não coloca professores e demais profissionais da educação nas primeiras etapas da vacinação cujo início está anunciado para o dia 25 de janeiro.

Não aceitamos que a questão da vacina seja utilizada em disputas políticas, pois se trata de questão primordial de saúde pública e defesa da vida.

Por isso, a APEOESP ingressou no

Supremo Tribunal Federal (STF) para que os profissionais da educação sejam imunizados, com vacina de eficácia com-

PEI É E... DIF...

O Programa de Ensino Integral (PEI) do governador João Doria e seu secretário da Educação, Rossieli Soares, reúne em si múltiplas razões para ser rejeitado por todos aqueles que defendem educação pública inclusiva de qualidade.

Implementação autoritária

Em primeiro lugar, seu método de implementação é autoritário e não respeita a vontade das comunidades escolares. Seguidamente recebemos e encaminhamos denúncias de que a adesão de unidades escolares ao PEI tem se dado com base em verdadeiras fraudes, nas quais Conselhos de Escola são convocados às escondidas ou sem a divulgação da pauta e, ainda, quando decidem contrariamente, são ignorados. Consultas à comunidade por vezes não reúnem os três segmentos ou envolvem um número de participantes que não reflete a vontade da maioria. Ainda assim, dirigentes de ensino impõem a decisão unilateral da SEDUC.

Exclusão postergada

Em segundo lugar, o PEI exclui os estudantes trabalhadores. Iniciado de forma equivocada no ensino médio, o ensino integral do PSDB empurra para fora da escola os/as adolescentes que

ESCOLAS NÃO OFERECEM CONDIÇÕES PARA RETORNO SEGURO

Nós, da APEOESP, mantivemos firmemente nossa clara posição de que o retorno às aulas presenciais, considerando as graves deficiências estruturais, ambientais e de pessoal das escolas públicas estaduais, seria colocar em risco iminente a vida de milhões de estudantes, milhares de professores e funcionários e, por conseguinte, suas famílias. Volta às aulas presenciais, portanto, só com o controle total da pandemia e condições adequadas nas escolas.

Quem conhece as escolas estaduais sabe muito bem que elas não oferecem condições para uma volta segura. Até mesmo escolas privadas, com condições muito melhores para aplicar protocolos de prevenção, já apresentaram casos de contágio. E nosso posicionamento não é de ouvir falar. Ele está alicerçado em estudos sérios, como o realizado pela seção Paulista do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE), contratados pela APEOESP. Entre outros dados, lá está claro que:

- 99% das escolas públicas do Estado de SP não têm enfermaria ou ambulatório.
- 82% não têm mais de dois sanitários, o que aumenta o risco de aglomerações.
- 79% não têm vestiário, o que prejudica ações de higienização.
- 48% não têm sanitário adaptado para PCD.

Esse estudo, que deu origem ao Manual Técnico para Escolas Saudáveis (www.apoeosp.org.br/publicacoes/escolas-saudaveis/), aponta quais seriam as condições para que se possam cumprir as regras de distanciamento social que passam a configurar a nossa realidade daqui por diante. Uma dessas condições seria a redução do número de estudantes em cada sala de aula para no máximo 20. Considerando o tamanho médio das salas, 98% das classes da rede estadual de ensino precisariam ser alteradas.

AÇÃO DA APEOESP GARANTIU ESCOLAS FECHADAS EM 2020

Por meio de suas subseções, a APEOESP dialogou com prefeitos, prefeitas e secretários(as) de Educação em todas as regiões do estado, garantindo diretamente em mais de 320 deles que não houvesse volta às aulas presenciais em 2020. Em pelo menos 260 desses municípios a medida foi extensiva às escolas estaduais.

Com essa ação, nosso Sindicato garantiu a defesa da saúde e da vida de milhares de professores das redes públicas e de milhões de estudantes e de suas famílias.

ENSINO REMOTO DEVE CONTINUAR DURANTE A PANDEMIA

Desde o início da pandemia a APEOESP criticou a tentativa da SEDUC de substituir ensino presencial por atividades remotas, considerando as limitações pedagógicas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para a educação básica, as dificuldades de acesso dos estudantes e todas as deficiências de equipamentos por parte dos professores, já que o Estado não forneceu os meios para isso, como é sua obrigação.

Entretanto, a permanência e agravamento da pandemia do novo coronavírus impõem que se mantenha o ensino a distância, com todos os seus problemas, até que seja verdadeiramente segura a volta às aulas presenciais.



Presidenta e diretores da APEOESP foram às ruas em defesa da vida

DEFENSORES DO ENSINO PRIVADO ATACAM A APEOESP

A postura intransigente e responsável da APEOESP em defesa da vida provoca reações violentas por parte daqueles que defendem os interesses empresariais na educação.

Utilizando argumentos supostamente pedagógicos, comentaristas e "especialistas" surgem em emissoras como a Rede Globo de Televisão e a Rede TV para atacar a APEOESP e sua presidenta, Professora Bebel, por exigir que o Estado garanta segurança sanitária nas escolas antes de pensar em qualquer possibilidade de volta às aulas presenciais. Nossa entidade é atacada até mesmo por defensor que os prédios das escolas estaduais sejam reformados.

Enquanto o comentarista Demétrio Magnoli utiliza argumentos de baixo nível para nos atacar na Globo News, o apresentador Alan Severiano, do jornal SPTV reconheceu que as escolas precisam sim de reformas. Outra comentarista da Globo News, Monica Waldvogel, por outro lado, já deixou bem claro no jornal da emissora a razão de tanta pressão pela volta às aulas presenciais: as escolas privadas precisam "mostrar serviço" para quem paga.

Em telejornal da Rede TV, apresentadores e o comentarista Rodrigo Constantino também foram na mesma linha de atacar a APEOESP e os professores.

Em defesa da categoria e da entidade, a APEOESP acionou juridicamente as emissoras pelo direito de resposta.

APEOESP INOVOU AÇÃO SINDICAL

Se a pandemia restringiu drasticamente as atividades presenciais e impôs o isolamento social, nem por isso foi menor a luta da APEOESP em 2020.

O Sindicato formalizou as atividades remotas, realizando em ambiente virtual as reuniões da Diretoria e do Conselho Estadual de Representantes, bem como encontros, seminários e semanas de debates. Algumas dessas reuniões reuniram mais de mil pessoas em ambientes virtuais múltiplos, além da transmissão pelo canal no Youtube (TV APEOESP) e redes sociais. Mais informações na página 2.

APEOESP NÃO

Desde 2017, movemos ação pela equiparação do salário base ao piso salarial profissional nacional, com repercussão para todos os integrantes do quando do magistério. O reajuste então fixado é de 10,15%, retroativo a janeiro de 2017. Vencemos em todas as instâncias, mas o pagamento do reajuste foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O recurso para liberação aguarda julgamento do plenário.

Desde 2014 nossos salários sofrem um processo de grande desvalorização. Acompanha essa edição do Jornal da APEOESP um suplemento com estudos técnicos realizados pelo CEPES/DIEESE - APEOESP, demonstrando essa desvalorização e estabelecendo o índice de 29,25% para que nossos salários voltem a ser equiparados ao piso nacional.

Evidentemente, a situação de pandemia que estamos vivendo criou dificuldades adicionais para a nossa luta salarial. Iniciaremos 2021 retomando essa luta, definindo as melhores formas de pressão e mobilização para garantir o nosso imprescindível reajuste salarial.

A DAVIDA

NO STF PARA VACINAÇÃO DOS EDUCADORES NA PRIMEIRA ETAPA

provada, na primeira etapa, juntamente com os idosos e profissionais da saúde. Antes disso, na condição de presidenta

da APEOESP e deputada estadual, a Professora Bebel já havia protocolado ofício ao governador e ao secretário da Educação,

assim como uma indicação na Assembleia Legislativa, para que os profissionais da educação estejam entre os primeiros a

serem vacinados a partir de 25 de janeiro de 2021, data anunciada pelo governo do Estado para o início da vacinação.

EXCLUDENTE E ATACA O DIREITO À EDUCAÇÃO

fazem algum curso ou já trabalham no contraturno para auxiliar na renda da família. Muitas vezes esses estudantes, ao não encontrarem vagas no noturno próximas de suas residências, simplesmente desistem de estudar.

É o que a presidenta do nosso Sindicato, professora Bebel, chama de exclusão postergada, pois a não conclusão do ensino médio na idade certa tira desses estudantes a perspectiva de continuidade dos estudos em institutos tecnológicos ou no ensino superior, condenando-os a empregos de baixa remuneração. Muitos buscarão a Educação de Jovens e Adultos, mas nem sempre conseguirão estudar, pois classes dessa modalidade também têm sido fechadas.

Ataque à nossa carreira

Em terceiro lugar, o PEI é um ataque à carreira do magistério. Cria uma modalidade de atribuição de aulas "por perfil", contrariando a lista única que deve prevalecer em toda atribuição. Coloca para fora da escola PEI profissionais que eventualmente gostariam de nela permanecer e também obriga os que não desejam ficar a irem para escolas mais distantes. A cada ano, os docentes podem simplesmente ser descartados do PEI com base em uma avaliação feita pela equipe gestora.

Finalmente, permanece a gratificação de 75% que, se atraente do ponto de vista financeiro - num contexto de arrocho salarial da categoria, faz com que o docente se torne uma peça de engrenagem, desprovido do direito de opinar, contestar ou participar de movimentos reivindicatórios. Além do fato de que essa gratificação não se refletirá em sua aposentadoria.

Por outro lado, em 16/12, a Alesp aprovou projeto de lei de autoria dos deputados Professora Bebel e Alex de Madureira que obriga a DE a garantir aulas em outra escola de sua área para professores que deixam o PEI. Também elimina o prazo de cinco anos para que docentes possam retornar ao PEI, além de permitir a contratação de professores da categoria O.

Queremos educação integrada

Ensino integral não se resume a mais horas na escola. O que queremos é uma educação integrada, na qual ensino, pesquisa, projetos, esportes e cultura sejam articulados no projeto político-pedagógico, onde haja interdisciplinaridade e se busque a formação integral de nossos estudantes.

De outra forma, é apenas mais uma peça de marketing, especialidade do PSDB.

PELA CONTRATAÇÃO JUSTA DE TODOS OS PROFESSORES

Desde que assumiu o Governo do Estado de São Paulo, em 1995, o PSDB tem agido sempre no sentido de cortar gastos com pessoal. Aplicando arrocho salarial, retardando concursos públicos, cortando direitos. Esse partido vê o funcionalismo público como um fardo e tenta aplicar ao setor um critério de produtividade importado da iniciativa privada, mas que não se aplica aos serviços públicos, muito menos à Educação. A escola forma pessoas, não fabrica produtos nem edifica prédios. Pretender "produzir" mais, investindo menos, com menos professores trabalhando, com mais estudantes em classe, com mais horas de trabalho, não resulta em qualidade no ensino, mas em uma educação que responde cada vez menos às necessidades dos estudantes e da população.

PSDB atacou a carreira do magistério

Em 1985 construiu-se um plano de carreira para o magistério com amplo debate e negociações. Em 1997 esse plano foi desfigurado pelo PSDB por meio da LC 836, reduzindo a ampli-



Na Alesp, Professora Bebel amplia as ações na defesa de todos os professores

tude da carreira e as possibilidades de progressão e evolução funcional. Ainda assim, há direitos assegurados, aos quais os Admitidos em Caráter Temporário (ACTs) pela lei 500 tinham direito.

E criou a "sopa de letrinhas"

Mas em 2009 o então governador José Serra, que foi impedido pela nossa mobilização de demitir todos os ACTs em 2007 (80 mil se tornaram os atuais categoria F), impôs a lei complementar 1093, criando as categorias O, S e V, com contratos precarizados e direitos reduzidos.

A luta da APEOESP

Assim que foi promulgada a lei, a APEOESP contestou sua legalidade. Lutamos e conseguimos ao longo do tempo minimizar seus aspectos mais negativos, ampliando o tempo de contratação para 3 anos e 10 meses, reduzindo o intervalo entre contratos de 210 dias (duzentena) para 40 dias (quarentena), acabando com a exigência de uma prova eliminatória para contratação, ampliando direitos.

Por meio de nossa luta, concursos para PEB I e PEB II permitiram que professores da categoria O se tornassem efetivos.

Por uma nova lei de contratação

Em 2017 finalmente o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional esse tipo de contratação. Uma liminar conseguiu suspender a aplicação da sentença, mas pode cair a qualquer momento. Por isso, temos lutado para que o governo envie à Alesp um projeto para instituir uma forma justa de contratação, pela qual os professores contratados temporariamente tenham os mesmos direitos que os professores efetivos, como determina a estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação e que foi uma conquista nossa.

O secretário da Educação já se comprometeu com essa providência, mas isso não ocorreu. Estamos na luta para que essa nova lei seja enviada e votada com a maior urgência.

PRECISAMOS DE 29,25%

CESSA DE LUTAR POR REAJUSTE SALARIAL

EM DEFESA DO SALÁRIO, QUINQUÊNIOS E SEXTA PARTE

Por reivindicação da APEOESP, foi formada uma comissão técnica entre a SEDUC e as entidades da educação para analisar os impactos da Lei Complementar (federal) 173/2020 para os profissionais da educação no estado de São Paulo e possíveis saídas.

A SEDUC suspendeu contagem de tempo para quinquênios e sexta parte, assim como chamadas e realização de concursos, além de qualquer perspectiva de reajuste salarial, por entender que essa lei (imposta pelo governo Bolsonaro como contrapartida à transferência de recursos para combate ao novo coronavírus) assim determina.

Para a APEOESP, essa lei não pode bloquear benefícios garantidos pela legislação estadual da carreira do magistério e nem pode afetar reajustes decorrentes da lei do piso salarial profissional nacional, pois o piso é constitucional e se sobrepõe à legislação ordinária.

A discussão prossegue, buscando envolver a Procuradoria Geral do Estado para que se busquem soluções para o impasse.

APEOESP EXIGE APLICAÇÃO DA JORNADA DO PISO

No dia 28 de maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a chamada jornada do piso (no mínimo 1/3 das aulas para atividades extraclasse) é constitucional.

Frente a essa decisão, a APEOESP oficiou à Secretaria da Educação para que cumpra imediatamente a lei na rede estadual de ensino.

A lei é clara: o(a) professor(a) com jornada de 40 horas semanais de trabalho deve entrar em sala de aula 26 vezes na semana, independente da duração de cada aula. O restante do tempo deve ser destinado a estudos, preparação e correção de provas e trabalhos e outras atividades relacionadas. O Ministério da Educação homologou o parecer 9/2012, de autoria da professora Bebel, que normatiza a aplicação da jornada do piso.



Em reunião na SEDUC, diretoria da APEOESP defende direitos dos professores

A luta pela anulação do confisco de aposentados e pensionistas



Em uma das últimas atividades presenciais, antes do isolamento, professores lotam as galerias da Assembleia Legislativa para protestar contra a proposta de reforma da previdência estadual

Ao editar o decreto 62.021/2020, instituindo o confisco de parte dos salários de aposentados e pensionistas do Estado,

o governador João Doria deu a mais clara demonstração de desumanidade e descompromisso com a vida e dignidade de servidores que contribuíram durante toda a vida pelo direito à aposentadoria.

A medida é consequência da Reforma da Previdência, aprovada em março, contra a qual a APEOESP lutou ininterruptamente desde novembro de 2019, enfrentando todo tipo de manobras e pressões, inclusive a Tropa de

Choque, dentro e fora da Assembleia Legislativa. O Sindicato dos Professores tem duas ações diretas de inconstitucionalidade tramitando, para derrubar a reforma.

A cobrança adicional, que compromete os já reduzidos proventos dos aposentados, é baseada em uma falsa declaração de déficit atuarial na SPPREV, que a APEOESP contesta em ação coletiva conjunta com outros representantes dos servidores da Edu-

cação, como AFUSE, CPP e APASE.

Para garantir o trâmite desta ação em defesa dos aposentados, a APEOESP contratou um escritório de advocacia especialista em gestão previdenciária.

Não há transparência nas contas da SPPREV, como manda a lei, nem houve demonstração do alegado déficit. Mais ainda: proventos de aposentados e pensionistas não poderiam ser utilizados para cobrir rombos financeiros da instituição, ainda que estes existam.

Os professores defendem não apenas a anulação do confisco, mas a devolução dos valores descontados. No portal da APEOESP, os profissionais da Educação podem assinar um manifesto contra mais este ataque imposto pelo governo Doria.

Na Assembleia Legislativa, o Projeto de Decreto Legislativo 39, de autoria da Professora Bebel, tem o mesmo teor. Outra ação de engajamento importante nesta causa é o grupo criado pela APEOESP no Facebook, em defesa dos aposentados. São postagens, documentos, vídeos e depoimentos sobre essa luta, que será vitoriosa com a união e mobilização, não apenas dos aposentados e pensionistas, mas de toda a categoria e dos servidores públicos em geral.

Aprovado projeto de alimentação escolar

Aguarda sanção do governador o projeto que institui o Programa Estadual de Alimentação Escolar nas unidades de educação básica da rede pública estadual.

Aprovado no dia 25 de novembro, o PL 891/2019 é de autoria da deputada Professora Bebel e tem como objetivo "garantir aos estudantes das escolas estaduais, alimentação saudável, para melhorar a aprendizagem, assegurar o direito à saúde, combater a desnutrição e a obesidade".

A aprovação ocorre no momento em que o Brasil volta a figurar no mapa da fome da ONU.

Em defesa das mulheres

No dia 17/12 um caso de assédio sexual flagrado pelas câmeras da Alesp, quando o deputado Fernando Cury passa as mãos no corpo da deputada Isa Penna, mostrou a amplitude e gravidade do machismo e da violência sexual, que afeta o cotidiano de milhares de mulheres todos os dias.

No relatório final de uma CPI que apurou o assédio sexual no ensino superior, deputada Professora Bebel incorporou o projeto de lei 286/2020 que cria a rede de proteção à mulher vítima de violência.

Iamspe, em meio à pandemia

A luta em defesa do Iamspe tem sido constante em todos os setores do funcionalismo público. O governo Doria já tentou iniciar um processo de privatização e tenta também aumentar as contribuições dos servidores para a manutenção do Instituto. Sob o mote O Iamspe é nosso, professores e demais servidores não permitirão.

O Ministério Público instaurou inquérito civil público para apurar uma série de irregularidades apontadas em representação ao órgão feita pelas deputadas estaduais Professora Bebel e Márcia Lia.

Ensino Médio do PSDB: mais problemas e nenhuma solução

Em plena pandemia, Doria e Rosselli apresentaram projeto de um "novo ensino médio" e um supostamente novo currículo paulista. Mais uma vez, imposições sem nenhum debate com a rede de ensino.

Os professores sabem que o Ensino Médio é um momento fundamental na vida de todo jovem, sobretudo do jovem trabalhador que, nesta etapa, pode decidir se preparar para a continuidade dos estudos em nível superior ou ainda investir em uma formação tecnológica ou técnico-profissionalizante.

Além disso, é a etapa em que o jovem está na 'antessala' da vida adulta, onde muitas definições começam a se concretizar, em relação à vida pessoal, à sociedade e ao mundo.

Portanto, o projeto político-pedagógico do Ensino Médio, sua organização e estrutura curricular não são questões banais. São desafios importantíssimos, em um mundo em acelerada mutação, com uma sociedade que altera rapidamente conceitos e em constante debate sobre novos padrões morais, comportamentais e sociais. As novas tecnologias e metodologias de organização alteram o mundo do trabalho, afetando a classe trabalhadora.

Mais desigualdade

Lamentavelmente, as autoridades educacionais, vinculadas aos governos neoliberais que há anos dominam a política, agem no sentido de preservar e aprofundar um modelo de ensino que mantém as desigualdades sociais e que, nas escolas públicas, visa somente a continuidade da formação de mão de obra para as necessidades do chamado "mercado", negando à maioria dos jovens uma formação integrada, que assegure autonomia intelectual para

tomar decisões mais conscientes ou ainda para sedimentar o alicerce necessário para a continuidade dos estudos.

É assim que agem os governos do PSDB no Estado de São Paulo, ao tentar impor nas escolas estaduais, o "Novo Ensino Médio" que, nada mais é, do que a concretização da reforma do ensino médio (MP 746/2016), aprovada durante o governo ilegítimo de Michel Temer.

Além de não resolver os problemas existentes, a reforma proposta trouxe novos problemas e deficiências ao ensino médio. Em primeiro lugar, manteve-se a dualidade da formação entre os estudantes com acesso ao ensino preparatório às universidades e os que são 'encaminhados' apenas para o mercado de trabalho.

O novo ensino médio, de acordo com a MP 746, aumenta a disparidade em relação às boas escolas privadas, depreciando o currículo, com excesso de disciplinas optativas. Assim, não forma os estudantes para a continuidade dos estudos nem para uma vida profissional promissora.

Criação de subemprego

O projeto prioriza formação tecnicista/reducionista, não oferecendo aos estudantes uma aprendizagem mais ampla. Cria-se, por exemplo, a figura do "técnico em educação", que inexistente na carreira profissional docente. Trata-se de subemprego. Inclusive não leva em conta os verdadeiros problemas da profissão docente, como salário, carreira, valorização, condições de trabalho e jornada adequada.

A proposta curricular por área de conhecimento, a partir das dez competências estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

em âmbito nacional, não considera a realidade de cada escola.

Além disso, tal proposta dilui e simplifica conhecimentos essenciais de cada componente curricular, à medida que desconsidera que eles foram construídos disciplinarmente. Não há nenhuma indicação de estratégias para transição entre a atual cultura escolar, focada nos conteúdos disciplinares, e a organização curricular que se pretende interdisciplinar.

Apesar do que diz a propaganda, os estudantes não poderão decidir sobre seu "itinerário formativo", pois os currículos oferecidos pela Secretaria da Educação são limitados e definidos previamente.

Evasão escolar

Em não podemos deixar de mencionar que a proposta não ajuda a combater o abandono dos estudos, como supõe a Secretaria, em um contexto em que estão se expandindo as escolas modelo PEI (Programa de Ensino Integral), que têm acelerado a evasão escolar.

No caso do "novo currículo paulista", observamos que a proposta não detalha, como recomenda a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), como será a implantação do currículo nas classes do ensino noturno e na Educação de Jovens e Adultos.

Nenhuma melhoria efetiva poderá ser imaginada para o ensino médio sem a abertura de um amplo debate com os professores e a comunidade escolar, sem a melhoria da infraestrutura das escolas, sem o cumprimento da jornada docente prevista na Lei do Piso Salarial (Lei 11.738/2008), sem levar em consideração a realidade de cada escola, a vontade e as necessidades dos filhos e filhas da classe trabalhadora.

Reforma administrativa precarizará serviços públicos



Elaborada pelo ministro da Economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, a reforma administrativa (PEC 32/20) deve ser votada pelo Congresso, de acordo com alguns analistas políticos, ao longo de 2021. A proposta, se aprovada como está o texto atual, agravará ainda mais o desmonte do serviço público, prejudicando sobremaneira a população mais carente, que depende basicamente da assistência do Estado. A PEC 32 praticamente extingue concursos públicos – suspensos desde o governo Temer –, reduz o quadro de servidores públicos federais e prejudica a qualidade do atendimento em diversos órgãos, como o INSS, a saúde e a educação.

Um dos principais argumentos do governo para a necessidade da

reforma administrativa é o inchaço da máquina, que teria muitos servidores privilegiados e parasitas. Dados do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), contudo, desmontam tal argumentação. De acordo com relatório do Banco Mundial, não há quantidade excessiva de funcionários públicos no Brasil, nem na esfera federal. “A razão entre a quantidade de funcionários públicos e a população no Brasil é de 5,6%”, inferior à média apurada pela OCDE – aproximadamente 10%. Na pesquisa da OCDE entre 32 países, o Brasil ocupa a 27ª posição na comparação entre os trabalhadores do país e o número de funcionários públicos, com 12%. Para se ter uma ideia, nos dois países com maior índice de desenvolvimento econômico

e social, a Dinamarca e a Noruega, esta relação é de 35%; no Brasil, de 12%.¹

No dia 12 de dezembro, a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público da Câmara dos Deputados realizou um debate virtual com especialistas para discutir a reforma administrativa. Uma das participantes, a socióloga Carolina Gagliano, assessora técnica do DIEESE, combateu a ideia de que o funcionalismo é formado por “marajás” e “parasitas”. Ele citou que a mídia comercial e o senso comum sempre usam juiz e desembargador como exemplos. “Mas nem os juizes nem os desembargadores são a maioria do Judiciário. Na verdade, dentro do Judiciário, a maioria dos servidores são serventuários que não recebem o tal do auxílio-moradia, nem auxílio-paletó nem aqueles salários do topo do funcionalismo de carreira. Dentro do próprio poder, há diferenças importantes a serem consideradas.”

Para o economista Feliz Lopes, do IPEA, que também participou dos debates, a reforma administrativa “tende a precarizar ainda mais os serviços para uma população que ainda não tem as demandas devidamente atendidas”.

Estudo do IPEA aponta que, nas últimas três décadas, o aumento do funcionalismo público ocorreu principalmente na esfera municipal, e está associado diretamente à expansão de serviços de assistência social, educação e saúde.

¹ Fonte: Cadernos da Reforma Administrativa 4, FONACATE (Fórum Nacional Permanente do Carreiras Típicas do Estado), Brasília, julho de 2020.

CUT na campanha em defesa do SUS

Entidades que compõem a “Frente pela Vida”, como a CUT, lançaram oficialmente no dia 15 de dezembro a campanha “O Brasil precisa do SUS”, em defesa do sistema público de saúde no País, que tem tido importância ímpar neste momento de pandemia do Covid-19.

Inúmeras personalidades, como os músicos Chico Buarque, Zélia Duncan, Caetano Veloso, o jornalista Juca Kfoury, os atores Paulo Betti, Cristina Pereira e Mateus Solano, e o teólogo Leonardo Boff, gravaram vídeos declarando a importância do SUS e o apoio à campanha.

Maior sistema público de saúde do mundo, que proporciona acesso gratuito, universal e integral a todos os brasileiros, o SUS vem sofrendo constantes ataques do governo genocida de Jair Bolsonaro, com retirada de orçamentos e de privatização – como ocorreu recentemente com a tentativa de passar à iniciativa privada as Unidades Básicas de Saúde (UBS) de todo o Brasil com o Decreto 10.530. Além dos serviços de saúde – atenção básica e hospitalar, saúde da família – o SUS atua também na vigilância epidemiológica e sanitária, na assistência farmacêutica, nos serviços de urgência e emergências (UPAs, SAMU).

CNTE homenageia Paulo Freire e João Felício

Em outubro, a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) promoveu um evento virtual para marcar o lançamento da Revista “Retratos da Escola”, que em seu número 29 (volume 14) traz uma homenagem ao patrono da educação brasileira, Paulo Freire – cujo centenário será comemorado em 2021. Com o título “Paulo Freire: educação e emancipação”, a revista traz a publicação de artigos que tratam da influência da pedagogia crítica no contexto dos Estados Unidos, das pesquisadoras Ivanilde Apoluceno de Oliveira, Maria Inês Marcondes e Tania Regina Lobato dos Santos, a perspectiva freireana na formação permanente de educadores e até a publicação de análises sobre o Manuscrito da pedagogia do oprimido, produzido na década de 1960 no Chile e redescoberto em 2001. O documento, que passou incólume pela devassa promovida pela ditadura de Pinochet, que perseguiu artistas, intelectuais, professores, foi redescoberto em 2001 e doado ao Brasil em 2013.

A revista também homenageia os professores e sindicalistas João Felício e Rosaura Magalhães. João Felício foi presidente da APEOESP, da CUT Nacional e da Confederação Sindical Internacional (CSI) e faleceu no dia 19 de março.



FUNDEB: Câmara aprova lei sem verba para ensino privado

Na noite do dia 17 de dezembro, a Câmara dos Deputados aprovou definitivamente o projeto de lei que regulamenta o FUNDEB (PL 4372/20), mantendo o texto aprovado dois dias antes pelo Senado – que suprimiu trechos que retiravam cerca de R\$ 16 bilhões da educação pública, repassando-os às escolas religiosas e filantrópicas.

A Câmara havia provado o PL 4372/20 no dia 10, com emendas da base parlamentar do presidente Jair Bolsonaro, que praticamente descaracterizou a EC 108/2020 (FUNDEB) aprovada em julho.

Entre os principais retrocessos, estava a destinação de até 10% das verbas do FUNDEB para instituições filantrópicas e religiosas. Os deputados também haviam incluído o Sistema “S” – que recebe recursos equivalentes a 3% do PIB –, e a destinação de 70% do FUNDEB para o pagamento de trabalhadores da educação o cálculo do salário dos funcionários das entidades filantrópicas, religiosas e terceirizadas pela rede pública.

Foram mantidos os recursos do Fundeb para a Educação Pública

Os senadores retiraram do texto o Sistema S e demais convênios com entidades não públicas da educação técnica e profissional e também a possibilidade de convênios para até 10% das matrículas do ensino fundamental e médio, além de suprimir os convênios privados nas atividades de contraturno.



O Senado também manteve a subvinculação de recursos para salários somente aos profissionais da educação (art. 61 da LDB), além de psicólogos e assistentes sociais previstos na lei 13.935. Estas mudanças realizadas pelos senadores foram acatadas pelos deputados.

A regulamentação do FUNDEB decidida pela Câmara causou revolta em todo o Brasil, causando uma rápida e consistente mobilização dos professores, demais profissionais da educação, estudantes e todos os segmentos sociais comprometidos com educação pública de qualidade, inclusiva para todo o povo brasileiro.

A APEOESP e os professores partici-

param de forma ativa desta mobilização, atuando nas redes sociais e pressionando diretamente os senadores por meio de suas contas de WhatsApp, inclusive com envio de mensagem de sua presidenta, Professora Bebel. Esta mobilização incidiu diretamente sobre a votação dos senadores, que por meio de substitutivo do relator retiraram do Fundeb os ataques privatistas incluídos na Câmara dos Deputados em 10 de dezembro.

O Sindicato já tinha destacada atuação na construção do FUNDEB permanente, com a criação, no Estado de São Paulo, de um Fórum específico, de iniciativa da presidenta da APEOESP e deputada estadual professora Bebel

UM ANO EM DEFESA DA VIDA!

2020 não foi marcado só pela pandemia do coronavírus, mas pelas intensas lutas travadas contra os desmandos dos governos Bolsonaro e Doria, que não socorreram muitas parcelas sociais, que ficaram sem renda durante este período. Em São Paulo, Doria não tomou nenhuma medida para amparar os professores eventuais e temporários, ao contrário, aumentou a contribuição previdenciária dos aposentados.

A APEOESP travou e ainda trava um braço de ferro contra o governo do Estado para que as aulas presenciais só retornem com a vacinação de toda a população e o controle da pandemia. O Sindicato lutou e ainda luta para garantir os direitos dos professores e de toda a classe trabalhadora, em defesa dos serviços públicos e da democracia.



Entre os dias 7 e 9 de fevereiro, a APEOESP realizou a VII Conferência de Educação e o XXVI Congresso Estadual. Os cerca de dois mil delegados de todas as regiões do estado de São Paulo aprovaram calendário de mobilização e um plano de lutas unificado para organizar a categoria.

Na reunião virtual do CER no dia 18 de abril a diretoria reafirmou a luta pelo não retorno às aulas presenciais e aprovou a realização da Semana em Defesa da Vida, que aconteceu entre os dias 15 e 19 de junho e teve o lançamento do projeto de incentivo à leitura em rádios comunitárias. No dia 17 de outubro o Sindicato realizou, de maneira virtual, uma grande assembleia popular, que definiu pela greve, em caso de retorno às aulas presenciais.



3 de março: professores e outras categorias do funcionalismo fazem grande manifestação na Alesp para impedir a votação da Reforma da Previdência. Tropa de choque atacou violentamente os manifestantes.

Diante da insensibilidade do governo Doria, que cortou salário dos professores eventuais e temporários, a APEOESP promoveu em todas as suas subseções a campanha de solidariedade, que arrecadou mantimentos e material de higienização. A campanha culminou com uma carreta em todo o Estado no dia 29 de junho.



A APEOESP participou, no dia 8 de março, da Marcha das Mulheres na avenida Paulista, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Na foto abaixo, a presidenta da APEOESP, Maria Izabel Azevedo Noronha, discursa durante o evento.

Manifestação no dia 28 de agosto no Palácio dos Bandeirantes, em defesa dos serviços públicos, contra o retorno presencial às aulas e pelo auxílio emergencial para os docentes temporários e eventuais.



Também no dia 28 de agosto o Sindicato promoveu na Praça da República um ato ecumênico em Defesa da Vida.



A diretoria da APEOESP reuniu-se com a SEDUC no dia 18 de março para exigir a imediata suspensão das aulas, em função da pandemia da Covid-19.

No dia 16 de setembro, a APEOESP promoveu, na Alesp, ato público em Defesa da Vida.



EXPEDIENTE

DIRIGENTES RESPONSÁVEIS:

Roberto Guido e Stenio Matheus de Moraes Lima. **Conselho Editorial:** Maria Izabel Azevedo Noronha; Fábio Santos de Moraes; Roberto Guido; Stenio Matheus de Moraes Lima; Leandro Alves de Oliveira; Sílvio de Souza; Rita de Cassia Cardoso; Richard Araújo; Miguel Noel Meirelles; Fláudio Azevedo Lima; Francisco de Assis Ferreira; Paula Cristina Oliveira Penha. **Jornalista responsável:** Rosana Inácio (MTB 37329). Textos de José Rocha Cunha, Ana Maria Lopes (MTB 23362) e Luis Brandino Fobos; Cris Cunha, Douglas Marouf, Jordana Mercado e Rogério Cavallheiro. **Diagramação e Edição Gráfica:** Carlos Roberto Ferreira dos Santos e Rosely Soares. **Secretarias:** Edenilde do Nascimento e Amanda Souza. **Impressão:** Paineiras Digital Gráfica e Editora Ltda. **Zirapem:** 181.000 exemplares. **Circulação Dirigida:** Distribuição Gratuita. **Circulação em Janeiro:** Publicação bimensal. **Distribuidora:** ACF Jaraguá. **Redação:** Praça da República, 282 - 5º andar - CEP 01045-000. Matrícula Registrada em microfilme sob nº 129.203 no Terceiro Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

DIRETORIA DA APEOESP - TRIÊNIO 2017/2020

EXECUTIVA:
Presidenta: Maria Izabel Azevedo Noronha; Vice-Presidente: Fábio Santos

de Moraes; **Secretário Geral:** Leandro Alves Oliveira; **Secretário Geral Adjunto:** Sílvio de Souza; **Secretário de Finanças:** Miguel Noel Meirelles; **Secretário de Finanças Adjunto:** Fláudio Azevedo Lima; **Secretário de Administração:** Odimar Silva; **Secretária de Administração Adjunta:** Maria José Carvalho Cunha; **Secretária de Patrimônio:** Tereza Cristina Moreira da Silva; **Secretário de Patrimônio Adjunto:** Luiz Gonzaga José; **Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Francisca Pereira da Rocha Seixas; **Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto:** Ezio Expedito Ferreira Lima; **Secretário de Comunicação:** Roberto Guido; **Secretário de Comunicação Adjunto:** Stenio Matheus de Moraes Lima; **Secretária de Formação:** Zenaida Honório; **Secretário de Formação Adjunto:** Paulo José das Neves; **Secretário de Política Sindical:** Moacyr Américo da Silva; **Secretária de Política Sindical Adjunta:** Ozani Martiniano de Souza; **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Francisco de Assis Ferreira; **Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta:** Paula Cristina Oliveira Penha; **Secretária de Políticas Sociais:** Rita de Cassia Cardoso; **Secretário de Políticas Sociais Adjunto:** Richard Araújo; **Secretária para Assuntos do Aposentado:** Fláudio Ingrida Borrich Godinho; **Secretária para Assuntos do Aposentado Adjunta:** Ana Lucia Ferreira; **Secretária para Assuntos da Mulher:** Sueli Fátima de Oliveira; **Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta:** Rosa

Maria de Araújo Florentin; **Secretária para Assuntos Municipais:** Nícole Fleury Victorino; **Secretária para Assuntos Municipais Adjunta:** Luiz Aurindo Souza Oliveira; **Secretária Geral de Organização:** Cilene Maria Ovió; **Secretário de Organização para a Capital:** Fábio Santos Silva; **Secretário de Organização para a Grande São Paulo:** João Luis Dias Zafalão; **Secretária de Organização para o Interior:** Maria de Lourdes Rafael; **Secretária de Organização para o Interior:** Sonia Maria Maciel; **Secretária de Organização para o Interior:** Jorge Leonardo Paz; **Secretário de Organização para o Interior:** Sérgio Martins da Cunha.

DIRETORIA ESTADUAL COLEGIADA:

Ademar de Assis Camelo; Alfredo Andrade da Silva; Altair de Oliveira Gomes; Ana Amélia Pedrosa Curtarelli; Ana Carolina Correa; Ana Lucia Santos Cugler; Ana Paula Cordeiro Santos; Anatalina Lourenço da Silva; André Martinho Ribeiro Chaves; Andréia Oliveira de Souza Soares; Antônio do Vale; Antônio Gandini Junior; Antônio Gerônimo; Antônio Jovem de Jesus Filho; Ary Neves da Silva; Benedita Lucia da Silva; Benedito Jesus dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carmem Luiza Urquiza de Souza; Cauê Vieira Campos; Cláudia Cristina Alves de Souza; Cláudio Julhns Rodrigues; Cláudio Luiz Alves de Santana; Oloves Soares Lauton; Deborah Cristina Nunes; Denise Alves Moreira; Dorival Aparecido da Silva; Edna

Azevedo Fernandes; Eliane Aparecida Garcia; Eliane Martiniano de Souza; Emanuel Duarte; Fábio Henrique Granados Sardenha; Fátima Aparecida da Silva Faria Galvão dos Santos; Flávia Bischam Rosa; Felipe Brilhante Marinho; Geraldo César Martins de Oliveira; Gilmar Ribeiro; Janete Pereira da Silva; Jesse Pereira Felipe; Joaquim Soares da Silva Neto; José Bonfins Ferreira do Prado; José de Jesus Costa; José Geraldo Cordeiro Junior; José Reinaldo de Mattos Lima; José Francisco de Souza; Jovina Maria da Silva; Juvenal Aguiar Penteado Neto; Leonor Penteado dos Santos Peres; Luciano Delgado; Luis Antônio Nunes da Horta; Luiz Cláudio de Lima; Luízelena Feitosa Vieira; Maira Machado Rodrigues; Mara Cristina de Almeida; Marcos César Luis Ferreira; Maria Carlota Niero Rocha; Maria de Lourdes Cavichiole Peres; Maria de Lourdes Mantovani Pavan; Maria Lúcia Ambrosio Oriáni; Maria Regina de Souza Sena; Maurício Cavalcante dos Santos; Mauro da Silva Inácio; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Osman Martiniano de Souza; Paulo Henrique Napoli; Pedro Alberto Vicente de Oliveira; Pedro Paulo Vieira de Carvalho; Raphael Henrique de Moraes Gregório; Regina Célia de Oliveira; Ricardo Augusto Botari; Rita Leite Deziz; Roberto Mendes; Rodolfo Alves de Souza; Ronaldi Torelli; Rita Carlos Lopes de Alencar; Silvio Carlos da Silva Prado; Suzi da Silva; Ulder Cácio de Freitas; Vanessa da Silva; Vânia Pereira da Silva; Vera Lúcia Zimberger; Wilson Augusto Frazão Frazão; Walmar Siqueira; Yara Aparecida Bernardi Antonelli.